



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002053-86.2023.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Administração Predial - SEAP

ASSUNTO: **Prorrogação e Reajuste** – Contrato nº 26/2023 – Contratada: CTR PORTO VELHO S.A. - **Prestação de serviço de tratamento e destinação final de resíduos sólidos em aterro sanitário – Minuta do 1º Termo Aditivo - Análise.**

PARECER JURÍDICO Nº 140 / 2025 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo, no qual se operou a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, da empresa **CTR PORTO VELHO S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº 44.357.569/0001-84, para prestação de serviço de tratamento e destinação final de resíduos sólidos em aterro sanitário, no valor total de R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais), com prazo inicial de 24 (vinte e quatro) meses, com término em 13/11/2025, nos termos registrados no Contrato Administrativo nº 26/2023 (1084697).

02. Na Manifestação nº 22/2025 (1407477), o Chefe da Seção de Administração Predial - SEAP informa ao Secretário da SAOFC os seguintes pontos:

a) necessidade de prorrogação do Contrato nº 26/2023, firmado com a empresa CTR PORTO VELHO S/A, pelo período de 14/11/2025 a 13/11/2028 e o respectivo reajuste contratual;

b) a comunicação e o aceite da empresa contratada, que manifestou concordância com os termos, valores e índices propostos pela SEAP (1369620 e 1369631);

c) a necessidade de retificação contratual para incluir o item 38 na Cláusula Décima Segunda do contrato para fazer cumprir a Instrução Normativa TRE-RO nº 3/2024, que trata da Política de Integridade nas Contratações e Conduta Ética (em observância à Lei nº 14.133/2021);

d) a necessidade de retificação da Cláusula Oitava do Contrato nº 26/2023 a fim de estabelecer como data-base para o reajustamento contratual o momento da elaboração da Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação (ICVEC);

e) o cálculo de reajuste proposto, com base no IPCA (entre novembro/2023 e outubro/2024), no percentual de 4,7581%, elevando o valor por tonelada de R\$ 350,00 para R\$ 366,65, com efeito retroativo a 13/11/2024;

f) A vantajosidade da prorrogação, com a argumentação de que a empresa é a única com *know-how* técnico-operacional e licenciamento para destinação final de resíduos em Porto Velho/RO e que seu desempenho contratual tem se mostrado satisfatório;

g) O custeio da despesa até o final do exercício de 2025 está garantido pela Nota de Empenho 2025NE000173, com saldo atual de R\$ 2.347,00.

03. Por meio do Despacho nº 2.205/2025 (1408338), após breve relato, o Secretário da SAOFC determinou o envio do processo à SECONT para lavratura da minuta do termo aditivo e a esta AJSAOFC para análise e emissão de parecer jurídico.

04. Assim, juntou-se ao processo a minuta de 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 26/2023 (1419278), registrando a prorrogação e o reajuste contratuais pleiteados.

05. Dessa forma instruídos, aportaram os autos nesta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer (1419279).

É o necessário relato.

II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

06. Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos até a presente data. Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO nº 11/2022, e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

07. Por sua vez, no regime jurídico da Lei nº 14.133/2021, encontram-se as seguintes regras no

tocante à atuação da Assessoria Jurídica nos processos de contratação:

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação. (sem destaques no original)

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

III - (VETADO).

§ 2º (VETADO).

§ 3º Encerrada a instrução do processo sob os aspectos técnico e jurídico, a autoridade determinará a divulgação do edital de licitação conforme disposto no art. 54.

§ 4º Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração também realizará controle prévio de legalidade de contratações diretas, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos.

§ 5º É dispensável a análise jurídica nas hipóteses previamente definidas em ato da autoridade jurídica máxima competente, que deverá considerar o baixo valor, a baixa complexidade da contratação, a entrega imediata do bem ou a utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico. (sem destaques no original)

08. Assim, tratando-se de controle de legalidade, o presente parecer restringir-se-á aos aspectos jurídicos dos documentos e elementos que instruem o pedido de prorrogação do contrato, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los. Até porque, na forma do art. 169 da Lei nº 14.133/2021, as unidades de assessoramento jurídico, ao lado do controle interno do órgão, integram a **segunda linha de defesa** na busca de práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

III – ANÁLISE JURÍDICA

3.1 Da Possibilidade Jurídica da Prorrogação Contratual:

09. Conforme consta do relato deste parecer, pretende-se a **prorrogação por mais 36 (trinta e seis) meses** do Contrato Administrativo nº 26/2023 (1084697), cuja duração da vigência encontra-se estabelecida em sua Cláusula Quinta. **Depreende-se ser possível a pretensão de prorrogação contratual.**

10. A Lei nº 14.133, de 2021, prevê que os contratos de serviços contínuos podem ter a sua duração prorrogada sucessivamente por até 10 anos, desde que o ato esteja previsto no edital e haja demonstração da vantajosidade, que pode ser obtida por meio negociação com o contratado. Veja-se:

Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

11. O **primeiro requisito** legal permissivo à prorrogação do contrato administrativo é que o serviço ou fornecimento seja prestado de forma contínua, de acordo com a definição contida no art. 6º, XV da NLLC. Afinal, a Cláusula Quinta do Contrato Administrativo nº 26/2023 (1084697) leva à compreensão de que os serviços possuam natureza contínua, na medida em que expressamente prevê a possibilidade de prorrogação conforme os arts. 106 e 107 da NLLC. Veja-se:

DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

(Art. 105 e sgs, da Lei 14.133/2021)

CLÁUSULA QUINTA – Esta contratação terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, a contar 13/11/2023, na forma do artigo 105, caput, da Lei n. 14.133/2021, **podendo este Contrato, a critério da administração, ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n. 14.133, de 2021.**

12. O **segundo requisito** diz respeito à **previsão editalícia** da prorrogação do contrato. Por certo, essa exigência legal tem aplicação aos contratos decorrentes de certames licitatórios, o que não é o caso da contratação em análise realizada com inexigibilidade de licitação com fundamento no art. 74, I, da Lei nº 14.133, de 2021. Contudo, como já registrado neste parecer, a possibilidade da prorrogação do ajuste constou expressamente no Contrato Administrativo nº 26/2023 (1084697).

13. O **terceiro e último requisito** reside na demonstração da **vantajosidade** para a Administração da prorrogação do ajuste. Verifica-se que as informações prestadas pela SEAP na Manifestação

nº 22/2025 (1407477), atestam a regular execução do contrato e afirmam a vantajosidade da contratação com base nas informações de que a empresa é a única com *know-how* técnico-operacional e licenciamento para destinação final de resíduos em Porto Velho/RO e que seu desempenho contratual tem se mostrado satisfatório. Nesse sentido, muito embora não tenha sido realizada pesquisa de preços, vale mencionar o que o Tribunal de Contas da União expõe em seu "[Manual de Licitações e Contratos](#)": "(...) a verificação da manutenção da vantajosidade do contrato não precisa se limitar ao aspecto econômico. Outros fatores podem ser considerados, como os riscos e os custos para realizar uma nova contratação, além do desempenho do contratado na execução do objeto, registrado no histórico da fiscalização. Esses e outros fatores podem contribuir para a análise quanto à vantagem de continuidade de determinados contratos." Assim, pelas informações prestadas pela SEAP, resta configurada a vantajosidade da prorrogação.

14. Por fim, como já relatado, conforme informado pela SEAP, o custeio até o final do exercício corrente encontra-se garantido por meio da Nota de Empenho nº 2025NE000173.

15. Nesses termos, esta unidade jurídica verifica que foram cumpridos os requisitos objetivos estabelecidos pela legislação de regência, art. 107 da Lei nº 14.133, de 2021 e pelas regras contratuais, Cláusula Quinta do Contrato nº 26/2023, situação permissiva à prorrogação na forma pretendida pelo gestor do contrato, qual seja, por 36 (trinta e seis) meses a partir 14/11/2025.

3.2 Do Reajuste Contratual:

16. O reajuste contratual tem amparo em diversos dispositivos da Lei nº 14.133, de 2021, adiante transcritos:

Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

(...)

§ 7º Independentemente do prazo de duração do contrato, será **obrigatória a previsão no edital de índice de reajustamento de preço**, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

§ 8º Nas licitações de serviços contínuos, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, o critério de reajustamento será por:

I - reajustamento em sentido estrito, quando não houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante previsão de índices específicos ou setoriais;

(...)

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

(...)

V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a **periodicidade do reajustamento de preços** e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

(...)

§ 3º Independentemente do prazo de duração, o **contrato deverá conter cláusula que estabeleça o índice de reajustamento de preço**, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, e poderá ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

§ 4º Nos contratos de serviços contínuos, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, o critério de reajustamento de preços será por:

I - **reajustamento em sentido estrito, quando não houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante previsão de índices específicos ou setoriais;**

(sem destaques no original)

17. Como visto, trata-se do **reajuste em sentido estrito**, o qual determina a estipulação de critérios periódicos de reajuste, previsto expressamente pelo Contrato Administrativo nº 26/2023 (1084697). Veja-se:

DO REAJUSTE

(Art. 25, §§ 7º e 8º; Art. 92, V, §§ 3º e 4º, e Art. 135 da Lei 14.133/2021)

CLÁUSULA OITAVA – Quanto ao reajuste contratual, deve ser observado o que segue:

1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da apresentação da proposta comercial;

2. A fim de garantir o reajuste anual à contratada que reflita a variação efetiva dos custos de produção ou dos preços dos insumos utilizados, na ocorrência excepcional de prorrogação contratual, independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, de índice oficial do governo federal, correspondente à variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ou outro índice que vier a substituí-lo (IPCA - IBGE: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade originária, para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato;

3. O interregno mínimo para concessão de reajuste será contado a partir de 12 (doze) meses da data de apresentação da proposta;

4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, em casos de outras excepcionais prorrogações contratuais, o interregno mínimo de um ano será contado da data de início dos efeitos financeiros do início último reajuste ocorrido;

5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s). Na ocorrência dessa hipótese, fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente;
6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s);
7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;
8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;
9. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

18. Para fins de recomposição da equação econômico-financeira, depreende-se que todos os insumos e produtos ofertados pelo mercado sofrem variação em seus preços. Não se trata de fatos extraordinários, mas da mudança previsível de preços que ocorre de forma lenta por causa da inflação, e que precisam ser considerados durante a execução do ajuste, observado o decurso anual, para adequada remuneração do contratado, diante dos encargos que devem ser por ele considerados para adequada prestação dos serviços contratados pela Administração. Nesses casos, para fazer a compensação da variação ordinária de preços, utiliza-se o mecanismo de reajuste.

19. Sobre o tema, o manual de **Licitações & Contratos: Orientações e Jurisprudência do Tribunal de Contas da União. 5ª Edição, Brasília, 2024, p. 1440**, assim estabelece:

O reajuste de preços é uma forma de manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, compensando os efeitos da inflação nos preços contratados. Para tanto, deve ser aplicado índice de correção monetária, previsto no contrato, que reflita a variação efetiva dos custos de produção no contrato. É admitida a adoção de índices específicos ou setoriais (Lei 14.133/2021, art. 6º, inciso LVIII, art. 25, § 8º, inciso I, art. 92, § 4º, inciso I).

20. Desta forma, subsiste o **poder-dever** da Administração em manter íntegra a equação econômico-financeira do contrato, haja vista que o reajustamento previsto se configura em obrigação, e não em mera faculdade da Administração. As regras legais sobre a manutenção da equação econômico-financeira do contrato foram concebidas para possibilitar a adequada remuneração da contratada. Além disso, buscam estabelecer critérios que melhor representem a atualização dos valores conforme a data-base do reajuste, a qual, **conforme entendimento do TCU e de acordo com a CLÁUSULA OITAVA do Contrato nº 26/2023, é a data do orçamento estimado.** Tal data, por sua vez, **deverá ser considerada aquela da assinatura da Informação Conclusiva de Valor Estimado da Contratação (ICVEC)**, conforme já analisado no Parecer Jurídico nº 74/2025 (1361643).

21. A Cláusula Oitava do contrato em análise estabelece que os preços iniciais serão reajustados após o transcurso de 1 (um) ano pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA divulgado pelo IBGE. O marco inicial é a data da apresentação da proposta, datada de 26/10/2023 (1077960) e formalizada na Informação Conclusiva de Valor Estimado, produzida pela COMAP em 02/11/2023 (1080140).

22. Assim, elaborado o orçamento no mês de **novembro de 2023** (1080140), será esse mês aquele definido como data-base para fins do reajustamento anual por meio da verificação da variação do IPCA, que deve considerar o período de 12 meses, **de novembro de 2023 a outubro de 2024.** Tal cálculo resultou no percentual de **4,7581%**, conforme registra a unidade gestora na Manifestação nº 22/2025 (1407477).

23. Dessa forma, com fundamento nos **arts. 25, 8º, I e 92, § 4º, I, ambos da Lei nº 14.133, de 2021** e na CLÁUSULA OITAVA do contrato originário, esta Assessoria Jurídica manifesta-se pela possibilidade jurídica de reajustar os preços atualmente contratados de acordo com os novos patamares informados pela gestão do contrato na Manifestação nº 22/2025 da SEAP (1407477).

3.3 Da análise da minuta do termo aditivo:

24. Com a finalidade de registrar a prorrogação e o reajuste contratual já analisados e considerados legais e regulares por este parecer, a **SECONT** trouxe ao processo a minuta do Termo Aditivo nº 1 ao Contrato Administrativo nº 26/2023 (1419278). Assim, resta a esta unidade jurídica a sua análise formal para verificação da adequação de suas regras à realidade fática e jurídica que se pretende regular, o que se fará adiante:

Título e Preâmbulo: redação adequada;

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

Item 1.1: redação adequada;

Subitem I: Registra alteração do Item 1 da Cláusula Oitava do Contrato Administrativo nº 26/2023 para fazer constar como data-base do reajustamento do valor contratual a data de assinatura da ICVEC - **redação adequada;**

Subitem II: Registra o 1º reajuste ao valor do Contrato TRE-RO nº 26/2023, no percentual de 4,7581% (quatro inteiros e sete mil, quinhentos e oitenta e um décimos de milésimo por cento), decorrente do IPCA acumulado no período de novembro de 2023 a outubro de 2024, com efeitos financeiros sobre o Contrato

menção a partir de novembro de 2024 (considerando a data-base do orçamento a data de assinatura da ICVEC, datada de 02/11/2023) - **redação adequada**;

Subitem III: Registra a prorrogação por mais 36 (trinta e seis) meses do prazo de vigência do Contrato, contados a partir de 14/11/2025 a 13/11/2028 - **redação adequada**;

Subitem IV: Registra a inclusão do item 38 na Cláusula Décima Segunda do Contrato nº 26/2023 para adicionar o dever de observância à norma que trata da Política de Integridade nas Contratações e Conduta Ética da Gestão de Contratações do TRE-RO - **redação adequada**;

Item 1.2: Indica os eventos nos quais constam as justificativas para os atos registrados no aditivo - **redação adequada**;

Item 1.3: Referência ao histórico da contratação que consta no Anexo I do instrumento - **redação adequada**.

CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR:

Item 2.1: Registra o valor total acumulado do contrato de R\$ 21.999,08 (vinte e um mil, novecentos e noventa e nove reais e oito centavos), levando em consideração o 1º reajuste de R\$ 399,68 (trezentos e noventa e nove reais e sessenta e oito centavos) e a prorrogação por mais 36 (trinta e seis) meses, conforme indicado em tabela - **redação adequada**. Obs.: Ressalte-se que esta Assessoria Jurídica não possui competência para atestar a correção dos valores indicados.

Subitem 2.1.1: Registra o impacto financeiro do 1º reajuste - **redação adequada**;

Subitem 2.1.2: Registra a necessidade de apresentação de fatura complementar separada contendo a diferença dos valores anteriores e os ajustados - **redação adequada**;

Subitem 2.1.3: Registra a Nota de Empenho que custeará a execução do presente termo aditivo - **redação adequada**;

Subitem 2.1.4: Registra o valor total atualizado do contrato originário, referente a R\$ 8.799,68 (oito mil, setecentos e noventa e nove reais e sessenta e oito centavos) - **redação adequada**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:

Item 3.1: Registra que não há exigência de garantia de execução para o Contrato - **redação adequada**;

CLÁUSULA QUARTA - DO FUNDAMENTO LEGAL:

Item 4.1: Registra as principais fontes normativas que embasaram o ato de prorrogação e reajuste do contrato - **redação adequada**;

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO:

Item 5.1: Ratifica os demais elementos do contrato - **redação adequada**;

CLÁUSULA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO:

Item 6.1: Registra a publicação, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no sítio oficial na internet, bem como no DJE-RO - **redação adequada**, visto que a obrigação decorre do comando contido no parágrafo único do art. 94, II e art. 91, caput, ambos da Lei nº 14.133/2021, e art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527/2011 c/c art. 7º, § 3º, V, do Decreto nº 7.724/2012.

ANEXO I: Registra o histórico dos eventos do contrato: **redação adequada**.

25. Face à análise detalhada no item anterior, verifica-se que os dados registrados pela SECONT no Termo Aditivo nº 01 ao Contrato TRE-RO nº 26/2023, juntado no evento 1419278, encontram-se em conformidade com os fundamentos deste parecer jurídico e de acordo com os valores indicados pela gestão do contrato, sobre os quais esta unidade jurídica não tem competência para se manifestar.

26. Assim, verifica-se que, sob o aspecto formal, encontra-se em conformidade com as regras da Lei nº 14.133, de 2021, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara, estando apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

IV – CONCLUSÃO

27. Por todo o exposto neste parecer, esta Assessoria Jurídica opina nos seguintes termos:

I - considerando a manifestação da contratada acerca do interesse na prorrogação contratual (1369620 e 1369631), a manifestação de interesse da gestão do contrato (1407477), inclusive com a afirmação da vantajosidade do ato pretendido, entende-se que foram cumpridos os requisitos legais e normativos aplicáveis à prorrogação contratual por mais 36 (trinta e seis) meses, de acordo com artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021 e Cláusula Quinta do Contrato Administrativo nº 26/2023;

II - pela possibilidade jurídica de reajustar os preços atualmente contratados, no percentual de 4,7581%, de acordo com a variação do IPCA no período de novembro/2023 a outubro/2024, com efeitos financeiros sobre os valores do contrato a partir de novembro de 2024, que se apresenta dentro dos valores praticados no mercado e demonstra a vantajosidade econômico-financeira da prorrogação pretendida, com fundamento no arts. 25, 8º, I e 92, § 4º, I, ambos da Lei nº 14.133 de 2021 e na CLÁUSULA OITAVA do contrato originário;

i. **ORIENTA-SE** aos gestores dos contratos que, tratando-se de reajustes de preços vinculados a índices econômicos, **SEMPRE** tragam ao processo a fonte pesquisada para a obtenção da variação anual do índice de reajuste por meio do *print* da página da *web* da instituição oficial pesquisada, podendo também ser consultada a *calculadora do Cidadão* disponibilizada pelo Banco Central do Brasil.

ii. registra-se que, conforme já apontado no item 2, "g", O custeio da despesa até o final do exercício de 2025 está garantido pela Nota de Empenho 2025NE000173, com saldo atual de R\$ 2.347,00.

III - **pela retificação da Cláusula Oitava do Contrato TRE-RO nº 08/2024**, para que conste a data-base para fins de reajuste vinculada ao orçamento estimado, coincidente com a data da assinatura da Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação - ICVEC, com fulcro no Princípio da Autotutela, conferido pelas Súmulas 346 e 473 do STF e do Princípio da Legalidade c/c o art. 104, I, e 124, I da Lei nº 14.133, de 2021;

IV - pela inclusão de norma sobre Política de Integridade nas Contratações e a Conduta Ética da Gestão de Contratações do TRE-RO, respaldada pela IN TRE-RO nº 3, de 11 de setembro de 2024 e Despacho nº 2941/2024 - GABSAOFC (1262257).

28. Ainda, orienta-se à Administração que, previamente à contratação, cheque a comprovação da manutenção da regularidade da contratada, na forma exigida pelos itens 7 e 37 da Cláusula Décima Segunda do Contrato nº 26/2023.

29. Por fim, opina-se pela adequação legal da minuta do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 26/2023, trazida ao processo pela SECONT (1419278), haja vista que o instrumento encontra-se em conformidade com as regras da Lei nº 14.133, de 2021, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação. Verifica-se, ainda, que sua redação está adequada às condições da prorrogação pretendida.

À consideração da autoridade superior.



Documento assinado eletronicamente por **LILIAN RAFAELI DUTRA SILVEIRA, Analista Judiciário**, em 14/10/2025, às 16:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor(a) Chefe**, em 14/10/2025, às 16:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1424237** e o código CRC **943EEFCB**.